

O Ensino e a Pesquisa nos Projetos Político-Pedagógicos de Educação Superior de Anísio Teixeira e Florestan Fernandes

Artur de Moraes Silva (*)

Introdução

Anísio Teixeira (1900-1971) e Florestan Fernandes (1920-1995) são dois intelectuais de suma importância para a recriação da educação superior no Brasil, em um contexto histórico, no plano político, de acirramento do processo de correlação de forças entre distintos projetos de sociedade e, no campo educacional, de “crise” do padrão tradicional de escola superior, sobre o qual se assentava a universidade brasileira. Como estiveram vinculados à fundação ou à reestruturação de grandes universidades brasileiras, os autores puderam elaborar propostas pedagógicas de educação superior que compreendemos como *projetos político-pedagógicos*, na medida em que buscam combinar os *meios* de racionalização e execução da prática educativa, de nível superior, com os *fins* políticos a que esta se presta, de ordem cultural, científica e social.

Ainda que esses projetos pedagógicos se aproximassem por compreenderem a universidade como núcleo de formação do quadro nacional de pesquisadores para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, distanciavam-se pela diferenciação dos fins políticos referentes a cada uma das propostas educacionais. Com efeito, a perspectiva de *ensino e pesquisa* também varia de acordo com os meios disponíveis e as finalidades projetadas, reproduzindo aquele movimento de aproximações técnicas e distinções políticas. Desse modo, este trabalho propõe abordar as propostas teórico-metodológicas de ensino e pesquisa, em ligação direta aos respectivos projetos político-pedagógicos de educação superior, buscando estabelecer relações que contribuam para a análise conjuntural da formação de professores da educação básica e da reestruturação da universidade brasileira nos dias de hoje.

(*) Doutor e mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo se vinculado ao Núcleo de Filosofia Política e Educação (NUFIPE), do mesmo Programa. Professor do Iserj/Faetec e orientador pedagógico da Secretaria de Educação do Município de Duque de Caxias – RJ.

Crítica às orientações político-pedagógicas do “padrão brasileiro de escola superior”

Em 1920, com a inauguração da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi dada a partida para a criação das primeiras instituições de educação superior no país, constituídas pelo Poder Público com o nome de *universidade*. Nesse contexto, as universidades organizaram-se como “conglomerado”, nos termos de Florestan Fernandes, “confederação”, pelas palavras de Anísio Teixeira, ou uma simples reunião de escolas superiores tradicionais, advindas em grande parte do período Imperial (1822-1889), para a formação de profissionais liberais que atuariam no ramo da produtividade, essencialmente ligado ao aparelho de Estado, e se fixariam como elite político-intelectual do Brasil.

Não obstante dezenas de projetos de lei, elaborados com a finalidade de fundar universidades, houvessem tramitado no parlamento brasileiro ao longo de todo século XIX, a sociedade política Imperial e, posteriormente, a Republicana decidiram pelo veto dessas propostas, preponderando a tendência de instituir escolas superiores profissionais, a qual, na Europa da época, sofria um movimento de redefinição. Para a aparelhagem estatal, as universidades não atenderiam a demanda de profissionalização nas cidades e províncias em crescimento, por resguardarem, nessa perspectiva, a filosofia do ensino superior de tipo arcaico e medieval. De outro modo, as escolas superiores profissionais atingiam, sim, aquela demanda, pois visavam à especialização profissional de seus estudantes para atender a necessidade de fortalecer o governo brasileiro e o desenvolvimento do mercado interno.

Assim, formou-se o “padrão brasileiro de escola superior”, que, nos termos de Florestan, cuja opinião, neste aspecto, converge com a de Anísio, correspondeu ao “consenso social em torno dessa escola superior isolada e aristocrática, destinada à cultura superior das profissões liberais” (Fernandes, 1979, p. 102). De fato, esse “padrão tradicional” não sucumbiu após a criação das primeiras universidades durante os anos de 1920, resistindo inclusive à Revolução de 30, ao permanecer como a educação superior que foi ofertada a um minúsculo contingente de brasileiros, com vistas à reprodução das elites econômicas e culturais (Fernandes, 1979, p. 48). Atendendo os interesses egoístas das classes dominantes ou “possuidoras”, as *universidades conglomeradas* constituíram-se como a versão empobrecida de uma precária assimilação do padrão tradicional de ensino superior, organizando a vida intelectual como parte de uma “situação colonial” crônica de dependência cultural e como fonte de privilégio social. De acordo com os postulados de Florestan, elas perpetuaram e serviram “à disseminação de escolas superiores inoperantes, ao congelamento

da universidade como fator social construtivo e à dissipação de recursos educacionais escassos” (Fernandes, 1979, p. 117).

Consoante Anísio Teixeira, a inauguração da Universidade do Rio de Janeiro, edificada para servir de parâmetro à totalidade de suas congêneres, não rompeu, antes fortaleceu o padrão tradicional de educação superior dentro da universidade. Enquanto *confederação de escolas superiores*, a universidade primou pelo funcionamento isolado das escolas, presidida pela oligarquia dos professores catedráticos, que se dedicavam prioritariamente ao exercício de suas profissões liberais, mantendo o elitismo aristocrático na dinâmica institucional de organização do poder. Com efeito, o Magnífico Reitor, escolhido pela congregação de professores catedráticos, menos como efetivamente administrativo e executivo, do que como dirigente nominal e burocrático, centralizou o elitismo, o imobilismo e a improdutividade inerentes às escolas confederadas. Sob a proteção do suposto distanciamento verificado entre essas escolas e o domínio público, esse representante do sistema de cátedra vitalícia e improdutiva oportunizou a conservação daquele padrão tradicional de ensino superior, em meio àquela estrutura de universidade.

Para tanto, novas universidades foram criadas, com estatutos e regimentos mais avançados em relação ao padrão brasileiro de escola superior, cujos projetos político-pedagógicos erigiram de acordo com certas tendências liberais de educação superior. Assim, a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935) foram inauguradas sob os auspícios de determinados valores democráticos, enfatizando a importância da produção de uma cultura “livre” e “desinteressada” como eixo de integração entre os cursos e essas universidades como um todo. Já entre os anos de 1950 e 1960, foi organizado um ambicioso projeto político-pedagógico de universidade para a nova Capital Federal, sendo a Universidade de Brasília fundada em 1961, com a proposta de redefinir o padrão brasileiro de educação superior pela valorização da pesquisa científica de ponta, em favor do desenvolvimento econômico nacional, nos marcos do capitalismo.

Anísio Teixeira e Florestan Fernandes em suas experiências político-profissionais no terreno da educação superior

No caso da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira buscou erguer uma universidade “humanística” e “moderna”, que valorizasse a reflexão filosófica, a experiência científica e a socialização do conhecimento como a expressão dos estudos de nível superior, nos mais variados campos intelectuais. Em plena década de 1930, o autor propôs a formação

de uma universidade nacional, que visasse ao preparo do quadro de intelectuais do país, primando pela “liberdade” e “autonomia” como fatores essenciais da educação superior, de caráter universitário. Todavia, o projeto político-pedagógico de formação da UDF arrebanhou tanto fortes adesistas quanto ferrenhos adversários. Do lado da sociedade civil, a Igreja Católica buscou desqualificar técnica e ideologicamente o projeto de Anísio, pois este primou por uma pedagogia laica, da qual não fariam parte pessoas e valores eclesiásticos. Do lado da sociedade política, o governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a instauração do Estado Novo (1937-1945), e seus fiéis funcionários ligados à Instrução Pública, como Gustavo Capanema, opuseram-se ao projeto, mutilando-o enquanto puderam até a sua dissolução, em 1939. Porém, a Universidade do Distrito Federal deu visibilidade à importância da formação, em nível de graduação e pós-graduação, de professores e especialistas em educação para a modernização da escolaridade brasileira, revelando-se como uma *Universidade de Educação*, que fixaria historicamente seu líder, Anísio Teixeira, como um dos maiores educadores democrático-liberais do país.

Em outro contexto, com o planejamento de transferência do Distrito Federal para a região central do país, aventou-se a ideia de elaborar um projeto político-pedagógico de universidade para a nova Capital, cuja liderança do grupo de trabalho coube a Darcy Ribeiro. Anísio Teixeira abraçou o projeto recorrente de Darcy, tensionando-o em alguns aspectos, mas acreditando nesta possibilidade viável de corrigir a ausência brasileira de uma “autêntica experiência do ensino superior para a cultura científica” (Teixeira, 1995, p. 96-97). Em suma, o projeto político-pedagógico da Universidade de Brasília buscou superar o padrão brasileiro de escola superior, ao prever, dentre outros elementos, a implantação do regime jurídico de *fundação*, a *extinção da cátedra vitalícia e latifundiária*, a integração da universidade por meio da *departamentalização*, e a institucionalização da pesquisa científica por meio da *pós-graduação*.

Nessa perspectiva, se o regime de autarquia transpunha a ideia de repartição pública às demais Universidades Oficiais, a Universidade de Brasília optava pelo regime diferenciado de “fundação empresarial”, no sentido de transformar a categoria de “servidores públicos”, que exerciam funções de magistério e administração em outras instituições, em profissionais regidos por legislação trabalhista. Essa medida mexeria, sobretudo, com a categoria docente, que abandonaria a velha caricatura do professor catedrático, arrogante e improdutivo, assumindo-se como investigadores, atuando profissionalmente em tempo integral, com metas de produtividade, no campo da pesquisa e do ensino. A ultrapassada escola superior cederia

espaço para a divisão da Universidade em departamentos, que ficariam responsáveis pela integração dos cursos de graduação entre si e da graduação com a pós-graduação. Pelas palavras de Darcy, o departamento constitui-se como “a realização mais elevada dos ideais da comunidade universitária”, ao reunir estudantes e professores pelo interesse comum de investigar e conhecer por ramo do saber (Ribeiro, 1982, p. 224). Por conseguinte, a Universidade de Brasília enlaçaria outro grande plano de Anísio para a educação superior: os cursos de pós-graduação seriam estabelecidos para formar o quadro de investigadores brasileiros, preparados com alto padrão de qualidade, comparável ao de grandes centros de pesquisa internacionais, para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, o crescimento urbano-industrial nos limites do capitalismo.

De outro lado, a Universidade de São Paulo foi criada para atender os interesses da chamada *Comunhão Paulista*, formada pelas classes possuidoras do Estado de São Paulo, que se consideravam o “‘grupo’ capaz de ‘decidir os destinos da nacionalidade’, depositário da razão e portador do projeto de hegemonia”. Para os integrantes da *Comunhão*, as classes populares seriam massas incompetentes para autogovernar-se, decidir pelo interesse coletivo e promover o regime democrático, de modo que expandir os mecanismos de participação política significaria rebaixar o caráter nacional. Compreendendo-se como a elite “depositária da razão”, que estaria “destinada a conduzir a nacionalidade” de São Paulo para todo o país, a *Comunhão* apoiou a criação da USP, objetivando a formação de profissionais altamente qualificados, para gerar as condições adequadas de conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política da *Comunhão Paulista*, em escala nacional (Cardoso, 1982, p. 156). Entretanto, pela ótica de Florestan, a manutenção do projeto da *Comunhão Paulista* para a USP significava reproduzir o *status quo* de uma elite no poder, sendo profundamente incompatível com a “democracia como concepção de mundo e estilo de vida” (Fernandes, 1979, p. XXIII).

Não por acaso, a partir de meados da década de 1950, Florestan Fernandes participou de congregações de professores e grupos de trabalho de análise diagnóstica e reestruturação da Universidade de São Paulo, dos quais resultaram pareceres e relatórios que levaram Florestan a condenar, em síntese, o “compartimentismo” ou a falta de integração e organicidade entre as faculdades e cursos, empobrecendo o rendimento da Universidade com a manutenção do formato de conglomerado de escolas superiores isoladas e arcaicas; a manutenção das cátedras vitalícias, significando a vitória da dedicação em tempo parcial ao trabalho acadêmico e, portanto, a perpetuação do modelo de improdutividade

antiniversitária, em nome de uma suposta “liberdade de ensino”; o crescimento da Universidade sem mecanismos de racionalização administrativa e financeira bem delimitados, favorecendo o predomínio de interesses pessoais por razões de afinidade e privilégio; a debilidade dos canais de comunicação e ampliação da participação política, estabelecidos entre a administração da Universidade e a comunidade acadêmica, como também entre a reitoria e a sociedade política; a descontinuidade das políticas de educação superior, implementadas por cada grupo que assume o governo paulista; e a manutenção da gratuidade dos cursos, sem debater a questão das fontes de financiamento que a asseguram.

Como professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Florestan foi à raiz dos problemas históricos e estruturais dessa unidade, percebendo que, desde sua fundação, a Faculdade manteve-se limitada e subdividida em seus campos do saber, a despeito do projeto inicial de integração curricular com as demais escolas. Reproduzindo o isolamento apresentado pelas ditas “faculdades tradicionais”, como Direito, Engenharia e Medicina, a Faculdade de Filosofia formou exclusivamente profissionais para o magistério de nível médio, sem o espírito de investigação científica e humanística. O crescimento da unidade, entre os anos de 1930 e 1950, não foi acompanhado pela relativa elevação dos recursos materiais e humanos, que não dispensariam de ser aplicados para intensificar o ritmo e o rendimento dos serviços prestados pela Faculdade. Portanto, nosso autor também conhece de perto os problemas da USP, no geral, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no particular, diagnosticando e encaminhando-os para a resolução em outra direção.

Projetos político-pedagógicos: meios e fins da educação superior

Anísio Teixeira militou pela formação do professor primário e secundário em nível de graduação, com elevados padrões de ensino, que o colocassem em ligação direta com o que havia de mais avançado, em termos de práticas, registros e análises de experiências educacionais. Buscou organizar a formação, em nível de pós-graduação, de especialistas em educação, não somente inspetores, supervisores, orientadores e administradores educacionais, mas também os educadores preparados em cursos de mestrado e doutorado em educação, visando constituir o quadro nacional de cientistas avançados, que formaria com qualidade o corpo docente do conjunto da população brasileira. Na era da ciência e da tecnologia aplicadas à produção industrial (auge do meio de produção fordista), a exemplo do que já era feito no campo da física e da biologia, propôs que a *análise de sistemas* fosse aplicada no campo da educação para dar forma e dinamizar, racional e tecnicamente, o funcionamento de

uma Escola de Educação de grau superior, como também para desenvolver uma atividade educativa consciente de seus meios e fins. Acredita, também, no serviço eficaz que a informática pode prestar ao controle técnico e racional de dados e informações, por meio do uso do computador enquanto ferramenta indispensável para a análise de sistemas, operando para diminuir o alto grau de invisibilidade e descontrole, que sempre cercou a prática educativa neste país (Teixeira, 1998, p. 52-53).

Para além do campo específico da pedagogia, pleiteou a formação, em tempo integral, de um bloco técnico-científico de investigadores brasileiros, que estaria preparado, enquanto cientistas “imparciais” a ideias pré-concebidas, para produzir teorias científicas e soluções de utilidade universal, como também para dirigir, enquanto intelectuais indiferentes à luta de classes, o conjunto da sociedade para a modernidade capitalista e a democracia liberal. Sugeriu a aplicação de Exames de Estado para aferir o desempenho das instituições universitárias, prevendo assegurar padrões mínimos de qualidade para o funcionamento dos cursos, com o objetivo de estimular, indiretamente, o desenvolvimento da educação superior. E projetou a arquitetura das universidades brasileiras sobre novas bases: o regime de *fundação empresarial* transformaria a universidade, sobretudo pública, em “uma agência para certo empreendimento social de cultura, de treinamento pessoal e de pesquisa”, nos mesmos moldes de grandes corporações norte-americanas, a exemplo da *General Motors* (Teixeira, 1998, p. 147).

Portanto, sem examinar o conjunto das relações sociais e de suas contradições, circunscrito na órbita da realidade social e histórica em que o projeto político-pedagógico empresarial de educação superior de Anísio foi desenhado, nosso autor atacou conteúdos e métodos de ensino, que julgou ultrapassados para o Brasil urbano-industrial, e recomendou ações que reverteriam esse anacronismo, como a implantação dos Exames de Estado. Anísio Teixeira organizou um projeto de “modernização administrativa” da educação superior em universidades, porém, numa perspectiva democrática de superfície, empenhada em despolitizar o antagonismo de classes dentro e fora da universidade brasileira pela abordagem de um conhecimento “desinteressado” e “imparcial”. De tal modo, Anísio constituiu-se como um intelectual que deu coesão aos princípios de educação e sociedade, defendidos pelos setores progressistas da burguesia brasileira, por entender que o capitalismo reunia as melhores condições, objetivas e subjetivas, para impulsionar o crescimento econômico e a democratização do país (Morais Silva, 2010, p. 211).

Em contrapartida, Florestan Fernandes propõe, em oposição ao crescimento de tendências privatistas nas políticas de educação superior, a intervenção maciça do aparelho de Estado, seguindo uma orientação democrática de governabilidade, como forte reguladora da equidade da participação educacional e cultural de toda a população, visando dissolver a concentração das oportunidades em termos de privilégio econômico e social (Fernandes, 1979, p. 144). Com efeito, sem perder de vista que a penetração de estudantes advindos dos estratos economicamente dominantes era quase absoluta nas Universidades Públicas, o autor sugeriu que o ônus de financiamento da educação superior fosse pesadamente transferido para a alta renda das nossas classes possuidoras, por exemplo, com a criação de alíquotas especiais no IR, objetivando manter a gratuidade das matrículas (Fernandes, 1979, p. 233). Para tanto, o autor postula a arquitetura de uma *universidade integrada e multifuncional*, como fator de desenvolvimento econômico e social nesta sociedade capitalista dependente¹.

Em síntese, a *integração* da universidade não se restringe à integração de prédios e instalações, de faculdades e departamentos, de cursos e currículos, de carreiras e profissionais, de professores e estudantes... A universidade deve integrar suas atividades de ordem intelectual, científica e tecnológica ao desenvolvimento nacional, em favor do crescimento da ordem social profundamente democrática e da libertação do povo brasileiro dos laços de dependência política, econômica e social, que o prendem à tirania exercida pela liderança capitalista mundial. Assim, é preciso que a universidade desempenhe a *multifunção* de prestar serviços ao aparelho de Estado e às organizações da sociedade civil, em benefício do conjunto da população; de desenvolver a investigação científica e tecnológica em programas de pós-graduação, com professores e alunos pesquisadores atuando em regime de dedicação exclusiva; de formar profissionais com alto padrão de qualidade técnica e científica para o trabalho; e de preparar intelectuais *críticos e militantes*, não somente devotados ao exercício da profissão, mas engajados em um projeto de sociedade radicalmente democrático – a *revolução democrática*.

Ficamos convencidos de que Florestan Fernandes pôde experimentar sua concepção de *intelectual*, atuando como *sociólogo crítico e militante*, que não se acomodou diante do imobilismo improdutivo da cátedra, mas se lançou aos movimentos sociais e à atividade

¹ Florestan Fernandes, em suma, compreende o *capitalismo dependente* como “realidade econômica e humana”, na relação de “dependência” ou “heteronomia” com as economias centrais, sendo não simplesmente imposta “de fora para dentro”, mas uma estratégia das classes dominantes nacionais para dimensionar o subdesenvolvimento capitalista interno, visando atender os seus interesses de conservação, enquanto classe possuidora (no sentido econômico) e elite política e cultural (Fernandes, 2006, p. 262).

partidária, reforçando sua convicção socialista em torno da luta de classes no Brasil (Morais Silva, 2010, p. 210). De fato, nosso autor elaborou um projeto político-pedagógico de educação superior, que, inserido organicamente no conjunto das relações históricas e sociais do país, buscou converter as práticas elitistas e acomodatórias em estímulo ao talento e à atividade criadora, seja para o desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira, então subdesenvolvida e dependente, seja para a ampliação da participação popular nas esferas do poder. Conseqüentemente, à *universidade integrada e multifuncional* cabe preparar uma *intelligentsia crítica e militante*, que encontre seu estilo de vida em formas de *democracia ampliada*, e, no *socialismo proletário*, um projeto de sociedade a perseguir junto com as classes trabalhadoras, personificada por Florestan Fernandes, seu idealizador e maior representante.

O ensino e a pesquisa nos projetos político-pedagógicos de educação superior

Conforme as ideias de Florestan Fernandes, o padrão tradicional de educação superior confere à escola, ao mesmo tempo, uma estrutura altamente “hierarquizada”, “rígida” e “exclusivista”, cujos interesses pessoais predominavam de forma transparente sobre os aspectos educacionais e intelectuais da instituição, e de “escola especializada”, encerrada em si mesma, cujo princípio seria metamorfosear a transmissão dogmática dos conhecimentos e a formação de bacharéis em profissionais liberais ou políticos, homens de negócios e burocratas. Assim, a escola superior configurava-se como “uma instituição ‘auto-suficiente’ (ou ‘autárquica’) e ‘isolada’ (porque não extraía, para o seu funcionamento, crescimento e aperfeiçoamento, estímulos de controles ou de impulsões externos)” (Fernandes, 1979, p. 56).

Em uma universidade que funcionava como “conglomerado” de tantas escolas superiores isoladas e profissionais, professores e (professores) catedráticos dedicavam-se, fundamentalmente, ao exercício de seus respectivos ofícios, como a Medicina, a Engenharia ou o Direito, e, de modo concomitante, ao Magistério, por seu notório saber na área de suas atividades profissionais. Nessa perspectiva, tanto as escolas superiores tradicionais, quando as universidades conglomeradas, constituíram-se mais como terreno de ampla defesa particular de cada categoria profissional do que, propriamente, como espaço de pesquisa e redescoberta do saber nas áreas de atuação. Com efeito, nos termos de Anísio Teixeira, cristalizou-se a tradição de ensino superior de tempo parcial, calcado pedagogicamente na transmissão de “cultura superior nas profissões liberais”, por meio de “aulas-conferência” ministradas pelo

professor ou catedrático, em quem era depositado, pelos alunos e pela sociedade em geral, por sua inteligência e competência.

Além dessas aulas expositivas, realizadas em média três vezes por semana em cada disciplina, as “provas parciais” ou “exames finais” consistiam no único recurso didático de que se valiam os cursos superiores. Anísio sinaliza que a qualidade de alguns estudantes, em destaque por seu ótimo desempenho ou brilhantismo, geralmente comprovado pelos exames, não derivava do processo formativo, mas do estímulo ao autodidatismo provocado pelos eminentes professores, com os quais aqueles se identificavam pessoalmente e dos quais, no futuro, seriam colegas e prováveis substitutos – dedicando-se, também, às atividades para as quais foram diplomados. Assim, fica explícito para Anísio Teixeira que, no governo das universidades “confederadas” e suas escolas superiores profissionais, de ensino livresco, cultura aristocrática e funcionamento isolado, “auto-suficiente” e de tempo parcial, predominou, politicamente, a oligarquia do regime de cátedra vitalícia e latifundiária (Teixeira, 1999, p. 279-283; 2005, p. 174).

Para Florestan, o professor catedrático seria o principal agente de resistência e manutenção do padrão brasileiro de escola superior e do modelo de universidade conglomerada. Considerando por este autor como “o pior adversário da inovação educacional”, o catedrático prioriza suas atividades enquanto profissional liberal, fora do espaço acadêmico, não se identificando com os processos educacionais de produção do conhecimento científico. Desse modo, disfarçado de professor universitário, este agente prepara seus alunos para a carreira profissional, desvinculando, no plano filosófico, a função da universidade do desenvolvimento econômico e social do país, como também desmotivando, no plano pedagógico, a iniciativa discente de investir em uma carreira acadêmica criativa e inovadora (Fernandes, 1979, p. 81-82).

Anísio acredita que as Escolas de Medicina foram responsáveis, durante o século XX, por promover a transformação, o desenvolvimento e a modernização da cultura nacional e da universidade brasileira. Do seu ponto de vista, o ensino médico teria se dedicado mais do que outras carreiras ao progresso científico e ao saneamento dos problemas nacionais, compreendendo a saúde humana como uma questão específica, concreta e local, que não poderia ser tratada por intermédio de uma cultura superior de ideias abstratas e universais (Teixeira, 1998, p. 105-106). Apesar, porém, da pesquisa aplicada em laboratórios e biotérios avançados, desenvolvendo na saúde pública e nos hospitais uma prática profissional de alta competência e alto nível, o autor adverte que as Escolas de Medicina não escaparam

por completo da tradição arcaica e oligárquica, ao reforçar o modelo “universidade-confederação-de-escolas”, também com “aulas-conferência” e dedicação em tempo parcial, e ao restringir a admissão pela política de *numerus clausus*, que ampliou o prestígio social em torno da profissão de médico (Teixeira, 1998, p. 118-119).

Segundo Durmeval Trigueiro Mendes², Anísio Teixeira demonstrou largo interesse pela metodologia, pelo currículo, pelas matérias de ensino e pela aplicação de atividades no campo da Pedagogia, sobretudo, a partir de sua experiência como professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (atual ISERJ) (Trigueiro Mendes, 2006, p. 183-184). Sintonizado com os métodos e as conquistas do desenvolvimento científico, nosso autor propõe que o ensino universitário lance mão dos meios tecnológicos e audiovisuais, com base nos conhecimentos e métodos fornecidos pela pesquisa científica de ponta, no sentido de proporcionar a melhor escolha e o julgamento dos valores, com os quais os futuros profissionais e investigadores conduzirão a sociedade moderna. Nesse contexto, os *Mestres do Amanhã*³ devem ser formados como profissionais e cientistas do campo educacional, que atuam enquanto “estimuladores” e “assessores” da aprendizagem dos seus estudantes, orientados por esses educadores “em meio às dificuldades da aquisição das estruturas e do modo de pensar fundamentais da cultura contemporânea de base científica [e tecnológica] em seus aspectos físicos e humanos” (Teixeira, 2006, p. 194).

Por outro lado, nosso autor ampliou seu raio de visão para o conjunto da Educação Superior, ao assumir relevantes postos de liderança técnica e política no âmbito da CAPES e do INEP entre os anos de 1950 e 1960, buscando consolidar a universidade brasileira como o grande celeiro da descoberta do conhecimento na era da civilização moderna. Ao decretar a morte da universidade “confederação-de-escolas”, Anísio postula a formação nacional do grupo de investigadores ou cientistas de alta qualificação, incluindo a área da Pedagogia, preparado em núcleos de pós-graduação, responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa, descoberta e renovação do saber, livre de influências político-partidárias, para exercer funções

2 Durmeval Trigueiro Mendes (1927-1987) estreitou relações de amizade, profissionalismo e interlocução de ordem intelectual com Anísio Teixeira, ao ser convidado em 1958 por este último, quando era o então diretor do INEP, para assumir o posto da Campanha de Educação Complementar no Ministério da Educação e Cultura. Durmeval Trigueiro foi indicado, também por Anísio no ano de 1961, para o cargo de diretor-geral do ensino superior no MEC e para compor, antes da instalação do golpe militar de 1964, os quadros do Conselho Federal de Educação.

3 A expressão *Mestres do Amanhã* corresponde ao título dado por Anísio Teixeira a um artigo originalmente publicado no periódico do INEP, chamado *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em número do ano de 1963, e apresentado também como capítulo da coletânea de textos do autor, que forma o livro *Educação e o mundo moderno*, original de 1969. Recentemente, foi publicado pela Editora UFRJ, dentro da Coleção Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 2006).

profissionais cada vez mais tecnológicas e sistematizadas (Teixeira, 2007, p. 91). Portanto, o cientista ou investigador constitui-se, também, como um cidadão capaz de compreender e dirigir a sociedade moderna, caracterizada pelo ultracrescimento urbano, pelas transformações do modo de produção industrial e por uma cultura altamente abstrata e racional, que torna esta sociedade “gigantesca”, “complexa” e “confusa” (Teixeira, 1999, p. 391-393).

Respeitando a dedicação em tempo integral, os elevados padrões de investigação científica, a “liberdade de pensamento” e a autonomia didática, administrativa e financeira, constituída como os pilares da universidade moderna, sem os quais ela não poderia existir nessa sociedade, Anísio Teixeira avança em função do padrão tradicional de escolas superiores. Entretanto, Trigueiro Mendes assinala que, ao projeto de Anísio, falta integrar escola e trabalho, sociedade de classes e regime político, ou seja, “uma crítica consciente da sociedade de classes e uma proposta política e pedagógica”, para que não permaneça planando no abstrato conteúdo, método e compromisso político (Trigueiro Mendes, 2006, p. 183-184). Logo, algumas interrogações de cunho crítico se colocam: o projeto político pedagógico de empresariamento da educação superior, postulado por Anísio Teixeira, iria disseminar práticas de ensino e pesquisa realmente “livres” e “desinteressadas”? Na era do capitalismo monopolista, os interesses comerciais – e, portanto, político-partidários da alta burguesia dos países centrais, combinados com os da alta burguesia periférica – não poderiam se sobrepor aos interesses da coletividade em torno da produção do conhecimento? Como os futuros professores podem conduzir seus alunos ao conhecimento científico de aplicação universal para a escolha de valores, sem que a Pedagogia, as Licenciaturas e os cursos de Mestrado e Doutorado em Educação examinem profundamente as contradições da sociedade de classes no Brasil?

Florestan Fernandes compartilha com Anísio a perspectiva de superar o “padrão brasileiro de escola superior”, com um projeto de universidade integrada e multifuncional, que abrange a dedicação exclusiva de professores e alunos, sobretudo nos cursos de pós-graduação, a autonomia didática, administrativa e financeira, mas não desvinculada à manutenção garantida pelo Poder Público, e os padrões internacionais de qualidade da investigação científica. Porém, ao contrário do projeto de Anísio, pautado na “transplantação cultural” do modelo norte-americano de educação superior e na “tutelagem externa”, exercida por entidades e conselhos vinculados ao aparelho de Estado, Florestan milita pela reconstrução da universidade brasileira “a partir de dentro”, na tentativa de reagir ativamente

ao despotismo de políticas públicas e reformas institucionais “a partir de fora” (Fernandes, 1979, p. 242).

De fato, Florestan percebe a universidade brasileira inserida no contexto de uma sociedade subdesenvolvida, em cuja ordem histórica e estrutural dinamiza-se o capitalismo dependente. Daí a crítica dirigida ao padrão tradicional de educação superior, que não atuou historicamente como fator de desenvolvimento da sociedade brasileira, antes, instaurou a “universidade subdesenvolvida”, contribuindo, tanto para reforçar nosso modelo de dependência econômica, como para aprofundar os laços de dependência cultural e intelectual, em relação aos países líderes do capitalismo avançado. De acordo com Florestan, precisamos combater o equívoco de não termos criado no Brasil a “interação entre a descoberta original, a aceleração do desenvolvimento econômico, a perseguição de melhor padrão de vida, com outras aspirações sociais, com possibilidades de vincular à democracia a liberdade com igualdade” (Fernandes, 2010, p. 149).

De tal maneira, nosso autor postula que o ensino superior, a pesquisa científica e avançada e a tecnologia devem repelir as formas de dominação neocolonial outorgadas pelo capitalismo internacional, que recria mecanismos de controle a partir de dentro dos próprios países dependentes, por cuja tendência de globalização do espaço econômico, cultural, político, ecológico, etc., poderemos ser tragados. Assim, levanta uma proposta de cunho autodefensivo e ofensivo, através da qual o Brasil deverá “recrutar os talentos que são formados aqui (e que muitas vezes são importados pelos países avançados, compram no mercado mundial), o talento que o Brasil não sabe usar, que a Índia não pode usar e que a Inglaterra forma”. Isto é, o país precisa investir em talentos da mais alta qualidade, tanto os que surgem aqui, como os preferidos de nações norte-americanas, europeias e asiáticas, no sentido de impedir seu escoamento para o exterior (Fernandes, 2010, p. 149).

Em tempos de capitalismo neoliberal, Florestan assinala que a “coexistência da escola pública e da escola privada não quer dizer prioridade para nenhuma das duas”. Todavia, advoga que a Universidade Pública, por estar a serviço do conjunto da população, ou seja, a serviço, e não acima, dos interesses de todas as classes sociais, necessita de maior investimento da parte do Poder Público, ao desempenhar suas quatro funções básicas – “ensino, pesquisa, divulgação do saber e função reitora”. Para o autor, a essa *função reitora*, associada às funções de ensino, pesquisa e divulgação, cabe a formação de uma consciência social crítica para além do campus universitário. Consequentemente, esse papel de conscientização crítica contribui para eliminar a passividade do cidadão e a desqualificação do eleitor por meio de

uma formação universitária, que estimule o senso crítico dos sujeitos, tornando-os capazes de se devotar à reflexão em “qualquer área do saber, de fazer opções ideológicas e políticas de acordo com suas convicções mais íntimas e com as necessidades mais profundas da sociedade em que vive” (Fernandes, 2010, p. 147).

Contudo, as novas políticas de formação em nível superior vêm encaminhando os profissionais, que vão atuar em suas áreas de ofício, a tipos de trabalho intelectual que estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Atualmente, as grandes empresas públicas e privadas, com o largo apoio da sociedade política nacional e internacional, têm estimulado seus funcionários, estagiários do ensino médio e superior, e candidatos a emprego ou estágio, a ações sociais de voluntariado ou a práticas sustentáveis de responsabilidade social e ambiental, procedidas ou em fundações sociais das próprias corporações ou em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Na perspectiva socialista de Florestan Fernandes, é possível que essas atividades promovam a formação universitária, não somente pautada em padrões científicos de alta qualidade, mas devotada aos interesses do conjunto da população brasileira, sobretudo das classes subalternas? O setor das ONGs e fundações empresariais, o voluntariado e a cultura de sustentabilidade podem promover a produção do conhecimento, sem esvaziar o conteúdo político do antagonismo de classes, e caber dentro do projeto político-pedagógico de *universidade integrada e multifuncional*? O emprego do chamado “terceiro setor”, como disciplina obrigatória da educação superior, será a mais apropriada para, no momento, formar a *intelligentsia crítica e militante*, genuinamente brasileira? Longe de concluir o assunto, levantamos algumas indagações para dar continuidade à reflexão crítica e a possíveis desdobramentos.

Referências

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 2ª ed., 1979. (Primeira edição, 1975).

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2006. (Primeira edição, 1975).

_____. Três teses sobre a universidade [Adaptação do texto publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 5 de junho de 1991]. In: OLIVEIRA, Marcos

Marques de. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. p. 142-150 (Coleção Educadores, MEC/UNESCO, Distribuição FNDE).

MORAIS SILVA, Artur de. *Anísio Teixeira e Florestan Fernandes: intelectuais orgânicos em dois projetos de educação superior*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1982.

TEIXEIRA, Anísio. Depoimento. RIBEIRO, Darcy. Pronunciamento de Educadores sobre o Projeto. In: CARTA: falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília/Distrito Federal: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1995, nº 14, p. 96-98.

_____. *Educação e universidade*. Organização, apresentação e introdução: Maria de Lourdes de A. Fávero e Jader de Medeiros Britto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. *Educação no Brasil*. Apresentação: Ana Waleska Mendonça. Rio de Janeiro: UFRJ, 3ª ed., 1999. (Primeira edição, 1969).

_____. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Apresentação; Hélió Trindade; prefácio: Luiz Vianna Filho. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. *Educação e o mundo moderno*. Organização: Clarice Nunes; apresentação: Marcus Vinicius da Cunha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos*. Organização: Clarice Nunes; apresentação: Ana Maria Bandeira de Melo Magaldi e José Gonçalves Gondra. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. *Ensaio sobre educação e universidade*. Organizadores: Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto. Brasília/Distrito Federal: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

Resumo: A abordagem dos projetos político-pedagógicos de educação superior, postulados pelo educador Anísio Teixeira e pelo sociólogo Florestan Fernandes, enfoca as respectivas concepções de “ensino” e “pesquisa”, no âmbito da universidade brasileira, com o objetivo de contribuir para o debate do enfoque temático na atualidade, diferenciando as várias propostas educacionais e convicções políticas em discussão.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico; educação superior; universidade; ensino; pesquisa.

Resumen: El enfoque de los proyectos político-pedagógicos de educación superior, comprendidos por Anísio Teixeira y por Florestan Fernandes, enfoca las respectivas concepciones de “enseñanza” y “pesquisa”, en el ámbito de la universidad brasileña, con el objetivo de contribuir para el debate del enfoque temático en la actualidad, diferenciando las varias propuestas educacionales y convicciones políticas en discusión.

Palabras clave: proyecto político-pedagógico; educación superior; universidad; enseñanza; pesquisa.